

# CONTRA A DESTRUIÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A reestruturação do SNS, com o novo pacote legislativo, agora anunciado, conduzirá inevitavelmente ao seu desmantelamento. O governo assume que pretende o financiamento do serviço através do esforço exclusivo dos seus utentes, por via, não dos impostos e contribuições que pagam, mas através do aumento do valor e número de taxas moderadoras, pagamento de consultas, eliminação do número de utentes isentos do seu pagamento, diminuição da parcela do OE

para a saúde, decréscimo da quantidade e qualidade do número de serviços oferecidos. A intenção é visível quando ficámos a saber, nos últimos dias, que:

- 1 Os centros de saúde diminuirão o seu horário de funcionamento (encerrando mais cedo e aos fins-de-semana);
- 2 Que apenas ficarão isentos do pagamento de taxas moderadoras famílias com orçamentos iguais ou inferiores a 628€, independentemente no número de dependentes do agregado familiar e mediante preenchimento prévio de um requerimento, com comprovação de rendimentos, a renovar anualmente; o que obrigará ao seu pagamento a esmagadora maioria de reformados, estudantes, trabalhadores precários, desempregados, sem-abrigos e a esmagadora maioria de
- 3 Serão excluídos da referida isenção doentes crónicos, como os doentes oncológicos, com grau de invalidez inferior a 60% (de acordo com as novas restrições para avaliação do grau de invalidez, estaremos a falar de praticamente todos os doentes oncológicos)
- 4 As taxas moderadoras serão cobradas até pelo envio de um email ao médico de família
- 5 Que o ministro Paulo Macedo anunciou já um novo aumento das referidas taxas para o ano de 2012



O governo estima um encaixe financeiro na ordem de vários milhões de euros com estas medidas, à custa dos que menos podem pagar, mas nunca é demais lembrar que permite, aceita e até encoraja a fuga de capitais ou a sediação de empresas em off-shores, numa clara prática de evasão fiscal legalizada.

É necessário recordar, ainda, que o direito à saúde está previsto no art. 64º da Constituição da República, e que nele se estabelece que:

"1. Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à protecção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

3. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; (...)"

E que o direito de resistência e desobediência civil está previsto no seu artº 21:

"Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública."

Posto isto, é necessário agir.

Foi criada a **PLATAFORMA CIDADÃ DE RESISTÊNCIA À DESTRUIÇÃO DO SNS** que pretende agregar todas as pessoas interessadas em actuar contra a destruição do serviço de saúde universal, barato e de qualidade.

Propomo-nos elaborar e concretizar acções de protesto e claro repúdio (elaboração de folhetos e sua distribuição, realização de concentrações, flash-mobs ou o que a imaginação aprover), e acções de desobediência civil, como a de recusa ao pagamento das taxas moderadoras. Também procuraremos sensibilizar a comunidade na qual vivemos para a importância deste assunto e respectivo impacto nas suas vidas.

Esta é uma plataforma aberta e de base e a sua organização transversal, cooperante e não hierárquica.

<http://www.facebook.com/groups/plataformadadasns/>



**Boicote às taxas moderadoras**

**PLATAFORMA CIDADÃ DE RESISTÊNCIA À DESTRUIÇÃO DO SNS**